

IS Working Papers

3.ª Série, N.º 72

Afro-conexões teóricas sobre a população negra e os golpes de estado no Brasil a partir de Marielle Franco e Lélia González

Wanessa Nhayara Maria Pereira Brandão
Vera Rodrigues

Porto, Setembro de 2018

Afro-conexões teóricas sobre a população negra e os golpes de estado no Brasil a partir de Marielle Franco e Lélia González

Wanessa Nhayara Maria Pereira Brandão

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

E-mail: brandao.wanessa@gmail.com

Vera Rodrigues

Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofania Afro-Brasileira, Brasil

E-mail: verare.rodrigues@gmail.com

Submetido para avaliação: agosto de 2018/ Aprovado para publicação: setembro de 2018

Resumo

O presente artigo aborda as afro-conexões teóricas entre os escritos de duas autoras negras: Marielle Franco e Lélia González e quais as similitudes e impactos dos golpes de Estado de 1964 e 2016 na população negra, sobretudo nas mulheres negras do Brasil. Esses dois universos temporais trazem à tona projetos de sociedade de direita, conservadora, e nesse sentido um acirramento da correlação de forças entre as classes sociais em que uma conjuntura de intensificação de desigualdades sociais, sobretudo raciais, atinge diretamente as mulheres negras. A metodologia utilizada parte da pesquisa bibliográfica em paralelo com as interpretações teóricas e políticas sobre a população negra entre cursistas do Módulo 1: “Ideias são a prova de balas” do curso “Mulheres Negras Resistem, processo formativo teórico-político para mulheres negras”, realizado e no estado do Ceará/Brasil.

Palavras-Chave: População negra, golpe de estado, desigualdades sociais e raciais.

Abstract

This article addresses the theoretical afro-connexions between the writings of two black women authors: Marielle Franco and Lélia González, and the similarities and impacts of the 1964 and 2016 coups d'état to the black population, especially to the black women in Brazil. These two temporal universes bring political projects of a conservative, right-wing society, and in this sense, a sharpening of the correlation of forces between social classes in a conjuncture of intensification of social inequalities, especially racial inequalities, directly affecting black women. The methodology used

is part of the bibliographical research in parallel with the theoretical and political interpretations of the black population among students of Module 1: "Ideas are bullet proof" of the course "Black Women Resist, a theoretical-political formative process for black women", carried out and in the state of Ceará / Brazil.

Keywords: Black population, *coup d'état*, social and racial inequality.

1. Abertura

Ao longo da história do Brasil aconteceram dois golpes de Estado, em 1964 e 2016 respectivamente. Distintos em suas épocas, mas semelhantes em alguns pontos. No dia 31 de março de 1964 para o 1 de Abril do mesmo ano, houve uma série de acontecimentos que culminaram num golpe militar contra o governo do então presidente eleito João Goulart. No período de 2 de dezembro de 2015 a 31 de agosto de 2016, ocorreu o *impeachment* da primeira presidenta mulher do Brasil, eleita também democraticamente, Dilma Rouseff. Pensando nessas problemáticas de golpe, duas intelectuais e ativistas negras escreveram nas épocas dos ocorridos dois artigos sobre como esses golpes afetaram a população negra. O artigo intitulado: “O golpe de 64, o novo modelo econômico e a população negra” de Lélia Gonzalez, traz os aspectos gerais da intensificação das desigualdades raciais no tocante a população negra no geral, no contexto pós golpe de 1964. Já no outro artigo produzido por Marielle Franco, intitulado: “A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada”, problematiza o impacto do pós golpe de 2016 na vida das mulheres negras faveladas.

Sendo assim, as semelhanças entre os dois golpes concentram-se em vários aspectos, mas o presente estudo focará em quatro pontos, encontrados na leitura dos artigos de Marielle Franco e Lélia Gonzalez: 1) ataques aos direitos humanos, 2) intensa crise econômica, 3) um forte acirramento da luta de classes, 4) ampliação das desigualdades raciais. Entendemos que a junção desses quatro pontos culmina num grande fardo que a população negra, sobretudo as mulheres negras sempre carregaram num país marcadamente escravista, que são as desigualdades raciais e sociais. Nesse sentido, o presente estudo se propõe a trazer à tona, as similitudes dos escritos de Marielle Franco e Lélia Gonzalez, focando numa reflexão acerca das mulheres negras no Brasil. E para tanto utilizamos de pesquisa bibliográfica e discussão em grupo no curso: “Mulheres Negras Resistem, processo formativo teórico-político para mulheres negras”. O curso acima citado foi formulado como idéia no dia da morte de Marielle Franco, dia 14 de março de 2018, quando o impacto do seu assassinato afetou profundamente as mulheres negras no Brasil, então, a professora Vera Rodrigues, pensando em transformar “o luto em luta”, idealizou o projeto.

2. As ideias são à prova de balas

Entre os dias 05 de maio e 23 de junho de 2018, acontecia o primeiro módulo do projeto Mulheres Negras Resistem, intitulado: “Ideias são a prova de balas” em homenagem a vereadora Marielle Franco que teve seu corpo brutalmente assassinado no estado do

Rio de Janeiro, mas suas idéias continuam vivas. A metodologia utilizada nos encontros dialoga com as perspectivas teórico-políticas do feminismo negro, democracia, justiça social e luta antirracista. Nesse sentido, é fundamental o exercício do protagonismo feminino e negro por meio do “lugar de fala” exercido por cada mulher em seu cotidiano vivido. Djamila Ribeiro fala um pouco disso:

Falar a partir das mulheres negras é uma premissa importante do feminismo negro, como nos ensina Patricia Hill Collins sobre a necessidade dessas mulheres se autodefinirem, assim como fez Lélia Gonzalez ao evidenciar as experiências de mulheres negras na América Latina e no Caribe. Existe um olhar colonizador sobre nossos corpos, saberes, produções e, para além de refutar esse olhar, é preciso que partamos de outros pontos (Ribeiro, 2017: 22).

A autora reafirma a importância do “lugar de fala” das mulheres negras para o feminismo negro, a partir das intelectuais de referência que se dedicaram a estudar as mulheres negras na América Latina e Caribe. Sendo assim, é preciso romper com o olhar colonizador, uma vez que:

Mulheres negras, por exemplo, possuem uma situação em que as possibilidades são ainda menores – materialidade! – e, sendo assim, nada mais ético do que pensar em saídas emancipatórias para isso, lutar para que elas possam ter direito a voz e melhores condições. Nesse sentido, seria urgente o deslocamento do pensamento hegemônico e a ressignificação das identidades, sejam de raça, gênero, classe para que se pudesse construir novos lugares de fala com o objetivo de possibilitar voz e visibilidade a sujeitos que foram considerados implícitos dentro dessa normatização hegemônica (Ribeiro, 2017: 26).

Pensando nos lugares de fala, a pesquisa bibliográfica alinhada a uma discussão teórica em grupo sobre os textos: “O golpe de 64, o novo modelo econômico e a população negra” de Lélia Gonzalez e “A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada” de Marielle Franco, proporciona uma reflexão mais coesa e democrática, alinhando os vários olhares numa direção dialética da construção de conhecimento, sobretudo, quando essas diferentes opiniões vêm de várias mulheres negras, tanto as autoras dos textos como as professoras e as cursistas do projeto. A autora Grada Kilomba fala que as mulheres negras e os homens negros dentro da academia estão em posição de objetificação, que ocupam um lugar de outridade, mas que isso, não indica uma falta de resistência ou de interesse. Na

verdade, é uma falta de acesso à representação de negros e não-brancos. Assim, as vozes e pensamentos da população negra são sistematicamente desqualificadas pelo racismo e pelo o que a academia entende como conhecimento válido. Isto tem causado a formação de “especialistas” (brancos) sobre a cultura negra (Kilomba, 2016).

Sendo assim, o curso foi formulado pela professora Dra. Vera Rodrigues da Universidade da Integração Internacional da Lusofania Afrobrasileira (UNILAB), através do Centro de Estudos Interdisciplinares Africanos e das Diásporas (CEIÁFRICA/UNILAB), em parceria com o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Afrobrasilidade, Gênero e Família (NUAFRO/UECE) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). O projeto é constituído por mulheres negras, em sua maioria das periferias urbanas e regiões interioranas do estado do Ceará/Brasil. As cursistas são profissionais, mestradas e/ou graduandas em diversas áreas do conhecimento da área das ciências humanas. O funcionamento do grupo se dá de forma quinzenal, aos sábados, onde discutimos uma obra de alguma intelectual negra, guiado por professoras negras mestres e/ou doutoras. De igual modo, temos atos de intervenção ao final de cada módulo, como exibição de documentários, roda de conversa, sarau literário, etc., em espaços fora de nossa sala de aula. O curso foi pensado por e para mulheres negras, com base em textos de mulheres negras. Perguntamos as cursistas o que o projeto representa e o que as leituras trouxeram para suas vidas. A maioria respondeu dizendo ser um momento de conhecimento sobre elas enquanto mulheres negras e de como as intelectuais negras, sobretudo as aqui citadas, se assemelham na vivência do cotidiano de cada uma do projeto, que passaram por experiência semelhantes em suas épocas de vida e como seus escritos foram invisibilizados. A partir das leituras, as cursistas vão delineando suas próprias reflexões e redescobrando seus protagonismos frente a sociedade racista do Brasil.

3. Apresentando as intelectuais negras

Lélia Gonzalez, mulher negra, intelectual, política, professora da rede pública de ensino básico e do ensino superior, antropóloga brasileira. Nasceu em Belo Horizonte, mas morou sua vida inteira no Rio de Janeiro, considerava-se carioca. Licenciada em História e Geografia e graduada em Filosofia, mestra em Comunicação Social, doutora em Antropologia Política. Participou da fundação do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN/RJ). Dedicava-se aos estudos sobre gênero e etnia, inclusive junto de outras mulheres negras, Lélia funda o Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras também no Rio de Janeiro. Insaciável na luta pelos direitos humanos, sobretudo das mulheres negras. Faleceu por problemas cardíacos no Rio de Janeiro no dia 10 de julho de 1994.

Para apresentar Marielle Franco, decidimos manter sua própria forma de apresentação, do qual em seu artigo utilizado aqui como referência, diz ao mundo:

Marielle Franco é cria da favela da Maré. É socióloga formada pela PUC-Rio e mestra em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Sua dissertação de mestrado teve como tema: 'UPP: a redução da favela a três letras'. Trabalhou em organizações da sociedade civil, como a Brasil Foundation e o Centro de Ações Solidárias da Maré (Ceasm). Coordenou a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), ao lado de Marcelo Freixo. Tem 39 anos e foi eleita Vereadora da Câmara Municipal do Rio de Janeiro pelo PSOL. Mulher, negra, mãe, favelada, Marielle Franco foi a quinta vereadora mais votada no Rio de Janeiro nas eleições de 2016, com 46.502 votos.

Iniciou sua militância em direitos humanos após ingressar no pré-vestibular comunitário e perder uma amiga, vítima de bala perdida, num tiroteio entre policiais e traficantes no Complexo da Maré. Ao se tornar mãe aos 19 anos, de uma menina, Marielle também começou a se constituir como lutadora pelos direitos das mulheres e debater essa temática na periferia. As questões do feminismo, da luta contra o racismo, bem como a defesa dos direitos humanos nas favelas do país modulam o perfil de seu mandato e seus projetos em busca de um modelo de cidade mais justo para todos e todas (Franco, 2017: 89).

Marielle foi brutalmente assassinada no Rio de Janeiro no dia 14 de março de 2018, junto de seu motorista Anderson Pedro Gomes. Marielle incomodava o Estado brasileiro, era insaciável na luta pelos direitos humanos, sobretudo das mulheres negras e faveladas. O crime segue sem respostas. Pensando numa maior visibilidade das intelectuais negras aqui expostas, segue as suas respectivas fotografias:

FIGURA 1
Marielle Franco



Fotografia: Acervo Futura, s/a.

FIGURA 2
Lélia Gonzalez



Fotografia: desconhecida.

4. Afro-conexões teóricas

Entendemos por “afroconexões teóricas” as similitudes teóricas em escritos de intelectuais negros e negras sobre a própria população negra, e um exemplo disso é a afinidade dos escritos de Marielle Franco e Lélia Gonzalez nos textos aqui citados, uma vez que as duas foram intelectuais e ativistas que refletiram sobre as negras e negros no Brasil. A primeira semelhança dos escritos de Lélia e Marielle é entender que esses dois contextos foram de golpe e que traz grandes consequências para a população negra. Marielle aponta que “este é um momento que asfixia o processo de democratização, aberto no fim da ditadura militar, e abre um novo cenário de crise, colocando desafios profundos para as esquerdas.” (2017: 89-90). Ou seja, há uma dificuldade de funcionamento da democracia e que coloca frente aos movimentos sociais muitos desafios, além de entender que no pós-golpe existe uma intenção de ajuste da democracia para os anos a seguir. Porém, com o golpe de 2016 temos um retrocesso no que tange ao reordenamento da democracia, ou seja, o país estava numa

construção lenta de fortificação de sua democracia, quando há outro golpe de estado que desestabiliza esse processo.

Lélia Gonzalez (1982: 11) por sua vez demarca que “o golpe militar de 1964 procurou estabelecer uma ‘nova ordem’ na sociedade brasileira já que, de acordo com aqueles que o desencadearam, ‘o caos, a corrupção e o comunismo’ ameaçavam o país.”. Isto é, existe um novo momento no país e que no contexto de 1964 o discurso construído era que as esquerdas eram o perigo ao país naquele momento. Lançando-se, assim, um desafio na/de luta para a sociedade civil. É possível, portanto, perceber que as duas autoras vão versando sobre as desigualdades sociais em relação à população negra e que elas trazem um território que marcadamente na história do Brasil sofre os impactos mais severos do capital e dos contextos de golpe: as periferias e favelas. Lélia traz o aspecto do êxodo rural em 1964 que ocasionou o “inchaço” da cidade e o aumento significativo de favelas. Segundo a autora

essa ofensiva causou grandes índices de desemprego no campo. [...] a gente pode imaginar qual tipo de saída encontrado pelo trabalhador rural para fugir da miséria: o deslocamento para a periferia dos grandes centros urbanos. [...] Graças ao êxodo rural as cidades não cresceram, mas ‘incharam’ com o aumento das favelas (Gonzales, 1982: 13),

Porém, quando Marielle menciona a favela em seu texto, ela considera que as periferias são de fato marcadas pelas desigualdades, enumerando assim pontos importantes acerca das desigualdades das mulheres faveladas:

Há vários aspectos que são consequências das especificidades das mulheres faveladas e que cabem destacar para se ter noção das diferentes escalas de desigualdades sociais, econômicas e culturais: 1) local de moradia com poucos equipamentos do Estado e sem realidade de transportes em tempo e condições com menos investimentos, independente se afastados das localidades que agrupam o maior número de equipamentos de estudo, artes e trabalho, o que gera impacto nos tempos utilizados para estudo, trabalho, lazer e vida familiar; 2) a diferença de condições na classe, pois, ainda que sejam todas trabalhadoras, vivem efeitos e consequências diferenciadas impulsionadas por precários direitos trabalhistas e contratos de trabalho; 3) a exposição a situações de violência letal e de discriminação, com grande impacto de estigmatizações; 4) a potência criativa e inventiva, motivada pela necessidade de superar as condições objetivas e para conquistar espaços distintos de convivência na cidade que se materializam no campo das artes, da educação, em

atuações políticas e em formas de trabalhos diversos para suas subsistências (Franco, 2017: 90)

Marielle também define um aspecto interessante que é a resiliência dos grupos das favelas, sobretudo das mulheres faveladas que

assumiram papel de centralidade de ações criativas e de conquistas de políticas do Estado que atuaram no caminho inverso das desigualdades, ampliando direitos em várias dimensões humanas. Conquistaram, assim, alterações em seus territórios com força para disputar, na cidade, novas localizações no imaginário popular e para as relações humanas (Franco, 2017: 91)

Ou seja, as periferias, sobretudo as favelas são sinaladas de desigualdades, mas os seres atuantes nela demonstram muita força e articulação para sobrevivência¹ nos territórios que Marielle aponta em outro ponto.

O desemprego ou o emprego precário sempre foram predominantes na realidade vivida nas periferias. A solidariedade, no entanto, também pavimentada nesses territórios criou condições para superação dessas desigualdades (Franco, 2017: 93).

Seguindo, Marielle aponta que as pessoas que vivem na favela são sempre o alvo da exploração capitalista e discorre que as mulheres faveladas são uma estratégia de construção da superação dessa condição:

Cabe ressaltar, portanto, dois elementos que devem percorrer toda essa reflexão: a) os corpos das periferias ocupam o lugar principal de representação da exploração, da interdição e do controle imposto pela ordem capitalista no processo de produção, substituindo assim o que antes chamava-se de “corpo da fábrica”; b) nesse contexto, as mulheres, negras, das periferias, com ênfase nas favelas, são representações estratégicas para avanços democráticos e de convivência com as diferenças e superação das desigualdades, por conta do peso do machismo e do racismo e do crescimento da ideologia xenofóbica (Franco, 2017: 92).

¹ Segundo Marielle Franco (2017) “Registra-se que o termo sobrevivência aqui utilizado vai além da manutenção da vida, mesmo frente à grande onda de feminicídio existente, no ano de 2015, por exemplo, em que 65,3% das mulheres assassinadas eram negras. Ou seja, a sobrevivência aqui apresentada diz respeito também às condições de morar, alimentar-se, viver com saúde, vestir-se, ter acesso às escolas, condições de trabalho, mobilidade corporal e condições de acesso a diversões e artes. Sobreviver, portanto, ultrapassa qualquer visão economicista do termo e alcança as múltiplas dimensões da vida.” (Franco, 2017: 92)

Lélia, por sua vez, determina que a população negra no contexto do golpe de 1964 serviu de mão-de-obra explorada para o “crescimento econômico” da época:

Com tal afluxo de mão-de-obra, não foi difícil para os tecnocratas do poder realizarem seu projeto de crescimento econômico. A indústria automobilística, assim como a de construção civil, serviram de pontas de lança do processo que afogou os demais setores da economia brasileira na voragem do imperialismo multinacional. A construção civil foi sobretudo um grande escoadouro da mão-de-obra barata (maioritariamente negra), porque não-qualificada. E toma de abrir rodovias, de desativar ferrovias etc. e tal (Gonzalez, 1982: 13).

Dessa forma, temos outro ponto de semelhança nos escritos das autoras, que são inclusive bastante problemáticos, uma vez que temos um lapso de tempo de 52 anos entre os golpes e a população negra continua na base da exploração do sistema de produção capitalista. Se pensarmos historicamente, as negras e negros são desde a época da escravização a mão-de-obra explorada, servindo de base do enriquecimento de uns e empobrecimento deles mesmos e de outros. Porém, não significa que a população negra esteve nesse papel sem resistência. O que está sendo definido pelas autoras é que ao longo da história do Brasil, as negras e negros sempre foram abusados no tocante ao mundo do trabalho.

Adiante, as autoras continuam a discorrer sobre os índices e dificuldades da população negra referente à economia e suas formas de sobrevivência. Num ponto que elas chamam a atenção: é que nos dois períodos houve discursos sobre uma crise econômica. Em 1964 os militares utilizavam do discurso do “milagre econômico”² como se o golpe militar no Brasil tivesse melhorado sua condição econômica. Lélia, por seu lado, entende que a população negra em nada se beneficiou do dito melhoramento da condição econômica do país. Marielle, por sua vez, acredita que o discurso de que em 2016 há uma crise econômica nada mais servia de manobra do Estado para a retirada de direitos historicamente conquistados pelas lutas do povo, sobretudo das lutas ocorridas durante o período da ditadura militar que culminou na consolidação da constituição federal de 1988. As autoras dizem:

² Foi o período na história do Brasil entre os anos de 1968 a 1973 em que o Produto Interno Bruto (PIB) subiu 11,1% ao ano, além de ter sido criado o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), o Banco Central, o Sistema Financeiro Habitacional (SFH) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Caracterizado por grandes obras, como a construção da ponte Rio- Niterói, em que Gonzalez diz: “e o seu exemplo mais grandiloquente está aí, na ponte Rio-Niterói, que também poderia ser considerada como túmulo do trabalhador-desconhecido, tal o número de vidas anônimas ceifadas durante a sua construção” (Gonzalez, 1982: 14).

Outro grande escoadouro de mão-de-obra barata foi a prestação de serviço. Também ali encontramos o trabalhador negro fortemente representado, sobretudo em atividades menos qualificadas tais como limpeza urbana, serviço domésticos, correios, segurança, transportes urbanos etc. Sua presença era pequena, por exemplo, num tipo de pólo industrial como o do ABC paulista, uma vez que o nível tecnológico das indústrias ali concentradas exigia um tipo de especialização que a maioria dos trabalhadores negros não possuía. Em suma, deslocando-se do campo para a cidade, ou do nordeste para o sudeste, e se concentrando num mercado de trabalho que não exige qualificação profissional, o trabalhador negro desconheceu os benefícios do 'milagre'. Se em 1960 a população pobre participava da renda nacional numa faixa de 18%, em 76 essa porcentagem havia caído para 11%. Por outro lado, se em 1960 a participação do negro na força de trabalho não era das mais significativas, em 76 atingia a faixa dos 40%. Por aí se vê que esse aumento de participação no mercado de trabalho não significou uma melhoria do nível de vida para o conjunto da população negra. (Gonzalez, 1982: 14-15)

Com a falácia da narrativa de 'crise econômica', busca-se derrubar os direitos conquistados e, uma vez feito, serão as mulheres negras e pobres, moradoras das periferias, principalmente das favelas, que estarão ainda mais vulneráveis à violência e ao racismo institucional impregnado nos poros da formação social brasileira. Trata-se, portanto, de construir um bom senso e ações que superem as condições colocadas e alterem a correlação de forças, tornando-as mais favoráveis à vida, aos direitos e à dignidade humana. As contrarreformas trabalhistas e da previdência são outros exemplos de investidas para destruir com os direitos. Tais ações impõem forte impacto às mulheres, principalmente as que vivem dos seus trabalhos e em condições nas quais o ofício de suas famílias são os meios de manutenção de suas sobrevivências. Quadro esse que marca a vida das mulheres negras e faveladas em escala nacional. (Franco, 2017: 94-95).

Segundo Lélia, em resumo, os trabalhadores negros foram inseridos no mundo do trabalho. Porém, em trabalhos que não garantiam nada em direitos a eles, pois não se exigia uma qualificação profissional. Então, na medida em que houve um crescimento de trabalhadores negros, os mesmos não tinham nenhuma segurança econômica no futuro. E a partir de Marielle, percebemos que ela mostra que a retirada de direitos no

período do golpe de 2016 afeta diretamente as mulheres negras, sobretudo faveladas que vivem dos seus trabalhos, visto que a investida do governo de contrarreformas trabalhistas põe a trabalhadora negra em condições complexas de vida.

Nessa linha de pensamento, Lélia Gonzalez (1982) faz uma reflexão sobre os *lugares naturais* para os negros na dinâmica do espaço da cidade:

As condições de existência material dessa população negra remetem a condicionamentos psicológicos que devem ser atacados e desmascarados. Os diferentes modos de dominação das diferentes fases de produção econômica no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do lugar natural de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos 'habitacionais' (cujos os modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, os critérios também têm sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço. (Gonzalez, 1982: 15).

Ficam evidentes na explanação de Lélia nessa citação acima, dois aspectos importantes: 1) a população negra está racialmente dividida no tempo e espaço da cidade e 2) indica a diferença de classe existente entre grupos dominantes e dominados (Gonzalez, 1982). Lélia continua seu pensamento e encontramos, por fim, outro ponto de afroconexão teórica entre Lélia e Marielle que são as ações da polícia, elas dizem:

A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista (segundo a polícia, todo crioulo é marginal até que se prove o contrário), tem por objetivo próximo a imposição de uma submissão psicológica através do medo. A longo prazo, o que se pretende é o impedimento de qualquer forma de unidade e organização do grupo dominado, mediante a utilização de todos os meios que perpetuem sua divisão interna. Enquanto isso o discurso dominante justifica a atuação desse aparelho repressivo, falando em ordem e segurança sociais. A partir

daí, o sistema se beneficia com a manutenção de tais condições, na medida em que, desse modo, conserva à sua disposição a mão-de-obra mais barata possível. Isto porque a comunidade negra nada mais é do que mão-de-obra de reserva. Ou seja, além dos aspectos, acima assinalados, a estratégia também se exerce de maneira a favorecer os patrões, mediante a repressão policial (que exige dos negros, como documento, a apresentação da carteira profissional). Pressionado pela polícia, de um lado, e pelas péssimas condições de vida, do outro, o negro oferece a sua força de trabalho por qualquer preço no mercado de trabalho. (Gonzalez, 1982: 16)

O governo ilegítimo, autoritário e conservador amplia as forças das elites políticas e econômicas que predominaram no poder. Há, portanto, nesse momento, uma intensificação da repressão policial frente às manifestações populares, assim como o crescimento do discurso da guerra às drogas que impactam o coração das periferias (Franco, 2017: 95)

As ações policiais se materializam através das ordens do Estado brasileiro e se pauta no racismo. Uma das estratégias dessas ações é a contenção da população negra em suas formas de resistência, intenção de desestabilização dos movimentos sociais, além de favorecer a classe rica e demarcar uma correlação de forças entre as classes sociais, dos dominantes e dominados, determinando os lugares sociais das negras e negros brasileiros. Assim, as autoras demarcam as desigualdades sociais e raciais em todos os aspectos da vida cotidiana da população negra.

5. Considerações finais

Um dos primeiros pontos a discorrer é de que entendemos que os golpes de 1964 e 2016 tiveram suas diferenças e nós respeitamos o tempo e espaço dos ocorridos. Porém, queremos destacar aqui nesse estudo que as variadas formas de desigualdades sociais e raciais da população negra se arrastam por anos e se intensificam em contextos de golpe. A população negra por estar na base do sistema de produção capitalista e ocupar territórios que vivem em péssimas condições sociais, são os primeiros a sentir os ranços de contextos de intenso desmonte de direitos, sobretudo as mulheres negras e faveladas. Sendo assim, notamos que os escritos de Marielle Franco e Lélia Gonzalez, trazem aspectos teóricos muito próximos, gerando o que estamos chamando de “afroconexões teóricas” por justamente haver muitas semelhanças em seus escritos e por serem mulheres negras. No âmbito geral dos dois escritos, as aproximações se dão principalmente em dois aspectos: 1) as duas autoras

discorrem de contextos de golpe e os impactos disso na população negra e 2) as autoras não utilizam de outros autores para discorrer suas reflexões.

Outros aspectos de similitudes são notados e discorridos no texto, que em resumo são: 1) as duas fazem reflexões acerca das periferias e favelas, 2) discorrem sobre o negro no mundo do trabalho, 3) escrevem sobre a conjuntura econômica do país na época, 4) demarcam as ações da polícia contra a população negra e 5) assinalam sobre as desigualdades sociais e raciais dos períodos. No escrito de Marielle Franco, ela define bem de quem quer falar e percebemos um grande entusiasmo ao falar de mulheres negras faveladas. inclusive, há um ponto no texto em que não colocamos no estudo, que se localiza no subtítulo: “Quando a flor rompe o asfalto” em que Marielle escreve sobre si e de como foi simbólico e incomodou o sistema o fato de ela, enquanto mulher, negra e favelada, ter sido a quinta vereadora mais votada e eleita com 46.502 mil votos. Democraticamente. Tanto que quando ela se apresenta faz questão de fixar esse fato. Ou seja, Marielle incomodou o sistema apenas com sua presença como um corpo negro e quando adentra pelas mãos do povo em um espaço de poder, pode levar a voz de várias outras mulheres faveladas e da população negra ao âmbito estatal e de disputa por conquista de direitos.

A autora também faz um grande esforço de definir que as mulheres negras e faveladas podem ser a saída para o fortalecimento do campo da conquista dos direitos, mas também são as que mais são afetadas negativamente por processos de retirada dos mesmos. Marielle faz questão de demarcar a força e a resiliência das mulheres negras faveladas, inclusive porque ela mesma é um símbolo de muita coragem e que faz parte do povo que ela discorre reflexões no texto. Marielle não era somente uma vereadora, mas sobretudo uma intelectual negra que com sua morte só fortaleceu os corações e mentes das mulheres negras no Brasil. Lélia Gonzalez assinala em seu texto, um aspecto mais geral da população negra na época, escreve com um tom de êxtase e incisão, delimitando fortemente as desigualdades socioeconômicas da população. Lélia, por ser filha de ferroviário e uma empregada doméstica indígena, sabia tanto na empiria como teoricamente os impactos do capitalismo nas pessoas negras. Ela foi uma revolucionária, escreveu diversos textos, militou no Movimento Negro Unificado (MNU) e foi um estímulo para muitas reflexões, especialmente impulsionou os estudos sobre relações étnico-raciais no Brasil junto de outros intelectuais da época em que viveu. Certamente, uma inspiração para a população negra. Por fim, pensando que essas não são considerações finais e últimas, esperamos que esse estudo sirva de inspiração para a reflexão teórica e luta diária da população negra, principalmente das mulheres negras.

Marielle Franco e Lélia Gonzalez, presente!!

Referências

Franco, Marielle (2017). A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada. In Bueno, Winnie, Burigo, Joanna, Solano, Esther & Machado, Rosana-Pinheiro (2017) (orgs.). *Tem saída? Ensaio críticos sobre o Brasil*. Porto Alegre: Editora Zouk.

Gonzalez, Lélia (1982). O golpe de 64, o novo modelo econômico e a população negra. In Gonzalez, Lélia & Hasenbalg, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero.

Kilomba, Grada (2018). *Who can speak?* Disponível em: <http://www.pretaenerd.com.br/2016/01/traducao-quem-pode-falar-grada-kilomba.html>

Ribeiro, Djamila (2017). *O que é: lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento: Justificando.

IS Working Papers

3.^a Série/3rd Series

Editora/Editor: Paula Guerra

Comissão Científica/ Scientific Committee: João Queirós, Maria Manuela Mendes, Sofia Cruz

Uma publicação seriada *online* do
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto
Unidade de I&D 727 da Fundação para a Ciência e a Tecnologia

IS Working Papers are an online sequential publication of the
Institute of Sociology of the University of Porto
R&D Unit 727 of the Foundation for Science and Technology

Disponível em/Available on: http://isociologia.pt/publicacoes_workingpapers.aspx
ISSN: 1647-9424

IS Working Paper N.º 72

Título/Title

“Afro-conexões teóricas sobre a população negra e os golpes de estado no Brasil a partir de Marielle Franco e Lélia González”

Autoras/Authors

Wanessa Nhayara Maria Pereira Brandão
Vera Rodrigues

As autoras, titulares dos direitos desta obra, publicam-a nos termos da licença Creative Commons “Atribuição – Uso Não Comercial – Partilha” nos Mesmos Termos 2.5 Portugal (cf. <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/2.5/pt/>).